



Esta seção aborda os últimos dados sobre o mercado de trabalho, que dão um panorama da precarização e da crise que atinge os trabalhadores brasileiros após oito meses de vigência da Reforma Trabalhista, aprovada com a pretensa justificativa de que geraria mais emprego formal. Em um segundo momento, analisa algumas propostas do Plano Lula de Governo para a área social.

A tragédia do mercado de trabalho sob Temer

Os dados oficiais do governo comprovam: para os trabalhadores brasileiros a crise não terminou. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) que o número de trabalhadores com carteira assinada nunca esteve em patamares tão baixos desde 2012, a taxa de desocupação continua muito alta e o desemprego continua atingindo treze milhões de brasileiros e suas famílias.

Todos esses dados exemplificam que a Reforma Trabalhista não foi capaz de criar empregos de qualidade e, ao contrário, cresce o contingente de trabalhadores que se desiludem e para de buscar emprego. A criação de empregos formais, promessa da Reforma Trabalhista, também não tem ocorrido de forma satisfatória, dado o nível mais baixo da série histórica do emprego com carteira assinada no Brasil.

A taxa de desocupação medida pela PNADC foi de 12,4% no trimestre de abril a junho de 2018, menor que a mesma taxa no trimestre anterior (de janeiro a março de 2018, quando foi de 13,1%) e também

menor que no mesmo trimestre de 2017, em que foi de 13%. É importante dizer que desde meados de 2016 a taxa de desocupação medida pela PNADC alcançou o patamar de 12% e desde então não caiu abaixo deste valor.

Mas a ligeira queda da taxa de desocupação sentida nos últimos meses, medida pela quantidade de pessoas que buscam ativamente trabalho em relação ao total da força de trabalho, esconde o fato de que, em um ano, 1,2 milhão de pessoas deixou a força de trabalho. Essas deixam de contar como desocupadas pelas medições internacionais, mas mesmo assim a população desocupada no Brasil alcança treze milhões.

Já o crescimento da ocupação tem sido marcado pela precariedade: os empregos com carteira de trabalho assinada caíram em relação ao mesmo trimestre de 2017 (chegando ao menor número da série histórica, medida desde 2012, de 32,8 milhões de trabalhadores com carteira) e os empregos sem carteira assinada cresceram em relação ao trimestre anterior e em relação ao mesmo trimes-

tre do ano anterior. Já os trabalhadores por conta própria cresceram em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Ainda utilizando as medições do IBGE, a taxa de subutilização da força de trabalho - que agrega os trabalhadores desocupados, os subocupados por insuficiência de horas (trabalham menos de quarenta horas semanais e gostariam de trabalhar mais) e a força de trabalho potencial - foi de 24,6% no segundo trimestre de 2018 ou 27,6 milhões de pessoas na subutilização; 1,3 milhão de pessoas a mais nessa estatística desde o segundo trimestre de 2017. Lembramos que a Reforma Trabalhista está vigente desde novembro de 2017 e não tem conseguido reduzir esses índices como havia sido alardeado por seus defensores e está agravando a situação de precariedade do mercado de trabalho.

O número de desalentados (aqueles que desistiram de procurar emprego) chegou a 4,8 milhões no segundo trimestre de 2018, o maior número da série histórica. Para chegar o número de subutilizados, somam-se esses 4,8 milhões aos 3,3 milhões que podem trabalhar mas não têm disponibilidade (formando a força de trabalho potencial), acrescido dos treze milhões de desocupados e os 6,5 milhões que trabalham uma quantidade de horas insuficiente. Chega-se ao número então de 27,6 milhões de pessoas (e suas famílias) em situação precária. Ao mesmo tempo, o contingente de trabalhadores com carteira assinada chegou, nesse mesmo segundo trimestre de 2018, ao ponto mais baixo da série histórica, com 32,8 milhões.

Há um ligeiro descolamento, no entanto, entre os dados da PNADC e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) no período recente, que pode ter a ver com o fato de que a primeira pesquisa é baseada em entrevistas domiciliares e a segunda se refere a registros que as empresas precisam fornecer ao Ministério do Trabalho sobre suas contratações e demissões. Enquanto a PNADC tem mostrado uma redução do emprego com carteira, o Caged tem mostrado ligeiro crescimento desde meados de 2017.

Parte dessa discrepância pode ter a ver com o fato de que novas formas de contratação permitidas pela Reforma Trabalhista, como o trabalho intermitente,

passaram a ser consideradas como informais pelos próprios trabalhadores ou até mesmo podem ser consideradas como vínculos não ativos, se o trabalhador não for chamado para trabalhar por um longo período ou trabalhar somente algumas horas.

Feita essa ponderação, as vagas formais segundo o Caged tiveram saldo positivo de 47 mil em julho (decorrente de 1.219.187 admissões e de 1.171.868 desligamentos), mas os salários dos trabalhadores contratados é em média 9% menor que o salário dos demitidos e parte dos novos contratos gerados é tempo parcial ou intermitente, consideradas formas mais precarizadas mesmo dentro do trabalho formal. Em julho de 2018, foram 4.951 admissões e 1.552 desligamentos com contrato intermitente e 4.643 admissões e 3.830 desligamentos com trabalho parcial.

Mesmo assim, o estoque de empregos formais pelo Caged ainda é muito inferior ao estoque de empregos de 2014, antes da adoção da austeridade fiscal e antes da crise.

Plano Lula de Governo e a área social

O Plano Lula de Governo, da coligação PT, PCdoB e Pros, é um dos mais ousados planos de governo para o Executivo Federal já produzidos.

Questão fundamental tratada pelo plano e que busca responder ao quadro do mercado de trabalho exposto na seção anterior é a proposta de um “Plano emergencial de emprego, recuperação da renda e do crédito”, visando elevar a renda, ampliar o crédito e gerar novas oportunidades de trabalho. Destacam-se as seguintes ações:

- retomar as obras inacabadas em todo o país, selecionadas por importância estratégica regional, bem como as pequenas iniciativas no plano municipal.
- Retomar os investimentos da Petrobras.
- Retomar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).
- Reforçar os investimentos no programa Bolsa Família, incluindo aqueles que voltaram à pobreza com o golpe.
- Criar linhas de crédito com juros e prazo acessí-

veis, que busquem atender as famílias que hoje se encontram no cadastro negativo.

- Implantar o programa nacional de apoio às atividades da economia social e solidária.

Tais políticas, segundo o Plano, teriam a capacidade de retirar o país da crise, sendo contrárias às políticas de austeridade fiscal adotadas até agora.

Para a juventude, que recebe enfoque especial, também é proposto um Plano Emergencial de Empregos e investimento na inclusão qualificada no mercado de trabalho por meio da implementação da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a juventude, além de ampliar matrículas no ensino médio, superior e técnico.

No campo dos Direitos Humanos, destacam-se medidas para “inaugurar um novo período histórico de afirmação de direitos”. Propõe-se no documento resgatar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), criar um Sistema Nacional de Direitos Humanos, e recriar, com status de ministério, as pastas de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e para Promoção da Igualdade Racial. Advoga-se que raça e gênero devam ser categorias fundamentais para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

Ainda nesse tópico, defende-se a “promoção da igualdade racial e a garantia de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas e negros, secularmente negligenciados na sociedade brasileira” e um Plano Nacional de Redução da Mortalidade da Juventude Negra e Periférica, com mudanças no paradigma da “guerra às drogas”.

Ainda sobre essa temática, destaca-se a defesa do direito à vida, ao emprego e à cidadania LGBTI+, com prioridade para as pessoas em situação de pobreza, mesclando uma análise de classe à perspectiva identitária. Lê-se no Plano de Governo Lula que “serão realizados todos os esforços para que o Brasil supere a violência contra a população LGBTI+ e para que possa contar com uma lei que responsabilize os crimes de ódio, entre os quais os praticados contra as pessoas LGBTI+ – criminalização da LGBTIfobia”.

Por fim, o programa se opõe abertamente ao chamado “Escola Sem Partido”, ao propor a “Escola com Ciência e Cultura” para transformar as unidades educacionais em espaços de paz, reflexão, investigação científica e criação cultural.

O documento defende o fortalecimento de ações de educação para as relações étnico-raciais e as políticas afirmativas e de valorização da diversidade e a massificação de políticas de educação e cultura em Direitos Humanos, “a partir de uma perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTIfóbica”.

Além disso, ainda na parte sobre educação, o documento propõe revogar a reforma do ensino médio implantada pelo governo Temer.